

BC: Selic deve voltar a ter redução em maio e cortes se encerram em junho

A taxa básica de juros, a Selic, pode voltar a ser reduzida na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), marcada para maio

Kelly Oliveira/Agência Brasil

É o que sinaliza a ata da última reunião do comitê, realizada na última semana, quando a Selic foi reduzida em 0,25 ponto percentual, para 6,5% ao ano. A ata foi divulgada ontem (27), no site do BC. Nessa reunião a Selic passou pelo 12º corte seguido.

“A evolução do cenário básico tornou adequada a redução da taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual nesta reunião. Para a próxima reunião [em maio], o comitê vê, neste momento, como apropriada uma flexibilização monetária moderada adicional [redução da Selic de 0,25 ponto percentual]”, diz a ata.

Para o comitê, uma nova redução da Selic reduz o risco de a inflação demorar a chegar ao centro da meta. O Copom lembra que as expectativas de mercado para a inflação em 2018 estão em torno de 3,6%. Para 2019 e 2020, as projeções estão em cerca de 4,2% e de 4%, respectivamente.

A meta de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), é de 4,5% neste ano, 4,25% em 2019 e 4% em 2020. O intervalo de tolerância é de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Entretanto, o comitê ressalta que essa visão de nova redução na Selic na próxima reunião pode mudar e o ciclo de cortes ser interrompido em maio, caso não seja mais necessário reduzir o risco de que a inflação demore a chegar à meta. Caso o cenário atual se mantenha, o Copom sinalizou para junho a interrupção do ciclo de cortes na Selic, “visando avaliar os próximos passos”.

Ajustes nas perspectivas

Na ata, o Copom lembrou que anteriormente, chegou a sinalizar que poderia interromper o ciclo de cortes neste mês. Entretanto, os diretores do BC avaliaram que a evolução da conjuntura tornou clara, ao longo do tempo, a necessidade de “um ajuste da política monetária [redução da Selic] em relação ao movimento que havia sido sinalizado como mais provável na reunião anterior”.

“Parte desse ajuste pôde ser implementado pela redução da taxa Selic para 6,5% ao ano, que já estava refletida nas projeções de analistas”, disse o comitê. “Entretanto, os membros do Copom concluíram pela necessidade de tornar a política monetária um pouco mais estimulativa”, acrescentou. Para o Copom, a recuperação da economia brasileira é consistente. “À medida que a atividade econô-



Para o comitê, uma nova redução da Selic reduz o risco de a inflação demorar a chegar ao centro da meta.

mica se recupera, a inflação tende a voltar gradualmente para a meta”, diz a ata.

Na ata, o comitê avalia ainda que há risco de a inflação ficar abaixo do esperado. Por outro lado, diz o Copom, uma frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira pode elevar a trajetória de inflação. “O Copom entende que tem que balancear essas duas dimensões, tendo em vista a incerteza quanto às defasagens do impacto de estímulos monetários na trajetória da inflação”, diz a ata em relação aotempo que leva para as reduções na Selic gerarem efeito na inflação.

“Isso envolve reagir para assegurar que a inflação convirja para a meta numa velocidade adequada e ao mesmo tempo garantir que a conquista da inflação baixa perdure, mesmo diante de choques adversos. O Copom reafirma que tem flexibilidade para reagir a riscos de ambos os lados”, destaca o documento.

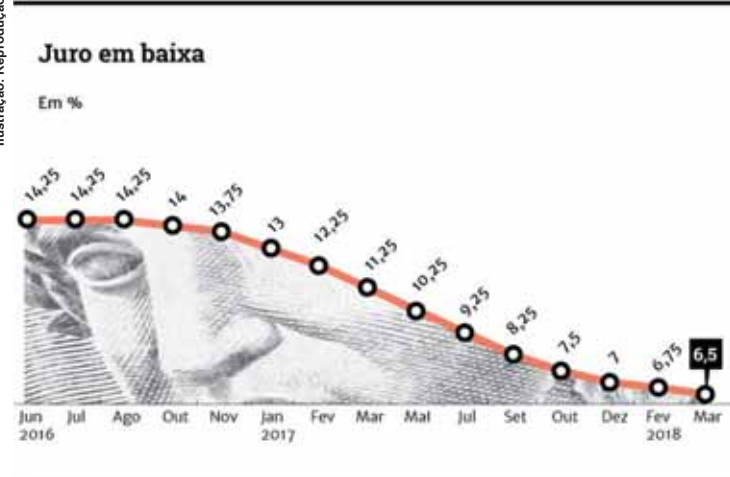
A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. A redução da taxa Selic estimula a economia porque juros menores barateiam o crédito e incentivam a produção e o consumo em um cenário de baixa atividade econômica. Para cortar a Selic, o BC precisa estar seguro de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir.

Cenário externo

Na ata, o Copom avaliou que “a evolução da economia global tem sido favorável, com crescimento econômico bastante disseminado”. “Já surgem sinais de que as condições no mercado de trabalho começam a elevar os salários em algumas economias centrais. Há também perspectiva de retorno das taxas de inflação nessas

economias para patamares mais próximos de suas metas”, diz o Copom. Para o comitê, isso reforça o cenário de continuidade do processo de normalização das taxas de juros, de forma gradual.

Esses dados sobre emprego e inflação em países como Estados Unidos são importantes para a tomada de decisão sobre a taxa de juros. Se a elevação norte-americana de juros for mais agressiva, isso afeta os mercados de outros países.



Juros mais altos nos Estados Unidos estimulam que os investidores vendam ações na bolsa de valores e comprem títulos do Tesouro norte-americano, considerados os papéis mais seguros do planeta. Da mesma forma, propiciam a fuga de capitais de países emergentes, como o Brasil, para cobrir prejuízos em mercados de economias avançadas.

O Copom avalia que a “trajetória prospectiva da inflação de preços e salários [nos países desenvolvidos] pode tornar esse processo mais volátil [com mais oscilações] e produzir algum aperto das condições financeiras globais”.

Os membros do comitê também avaliaram que medidas protecionistas podem gerar impactos no crescimento global e oscilações nos mercados. “Nesse contexto, os membros do Copom voltaram a destacar a capacidade que a economia brasileira apresenta de absorver eventual revés no cenário internacional, devido à situação robusta de seu balanço de pagamentos e ao ambiente com inflação baixa, expectativas ancoradas e perspectiva de recuperação econômica”, diz a ata.



Decisão sobre a taxa de juros dependerá de nova avaliação do cenário econômico.

Juros ainda envenenam o país

Ricardo Molina (*)

As altas taxas de juros praticadas por anos no mercado brasileiro geraram distorções tanto na postura dos investidores quanto nas dos consumidores e empresários.

Os recentes cortes da Selic, que hoje se encontra a 6,5% ao ano, alteram este comportamento pontualmente, mas a cultura pela busca do ganho fácil ainda demorará a ser modificada. A retração dos juros levou ao aumento do consumo e à busca por investimentos alternativos, mas sabe-se que a economia do país é uma gangorra e, muitas vezes, os ciclos de altas e baixas são muito rápidos, o que compromete planejamentos.

Vide que os juros reais de longo prazo ainda estão em nível elevado. Não há convicção de que os juros baixos vieram para ficar.

Historicamente, a Selic acima de dois dígitos viciou os brasileiros. Muitos, por exemplo, ao se acostumarem com os elevados ganhos nominais da renda fixa, esquecem os ganhos reais e, ao fazerem esta conta, identificam uma rentabilidade muito menor do que esperada. Hoje, a taxa real de juros no Brasil de curto prazo está ao redor de 3% ao ano. No longo, o percentual fica em 5%.

Esta postura difere muito da realidade mundial, onde os investimentos nominais rendem menos, mas, com preços muito mais estáveis, proporcionam uma remuneração real maior e mais previsível. Nos Estados Unidos, por exemplo, um investimento imobiliário gera um retorno nominal ao redor de 6% ao ano, o que corresponde a um ganho real de 5,5% em dólares.

Claro que a conta espelha a realidade brasileira atual. Mas o fato é que, enquanto o estrangeiro prefere um ganho menor e consistente, o brasileiro habituou-se à busca por

mais e mais, mesmo que em uma gangorra ilusória. Ontem ganhou muito e, agora, é órfão de alternativas.

A Selic sempre foi um fator de controle e de estímulo da recessão no Brasil, vide o que aconteceu nos últimos meses. Após a queda dos juros, o consumo aumentou, inclusive no turismo. O mercado reaqueceu fortemente depois do início do ciclo de cortes. No segmento de aluguel de casas de temporada, por exemplo, há uma recuperação das perdas provocadas pela instabilidade política e econômica dos últimos anos.

Além disso, investidores com perfil conservador, avessos aos riscos da renda variável, passaram a observar oportunidades em outros mercados, como a compra de imóveis no exterior voltados para aluguel de temporada. Os Estados Unidos são um dos principais destinos desses aportes e, não por coincidência, o mercado onde os aplicativos voltados à locação de imóveis mais cresceram.

Naquele país, no início de 2016, havia mais de 100 sites especializados em hospedagem por temporada, com mais de 4 milhões de ofertas para locação.

Enquanto mudam o mercado de hospedagem, aplicativos como o Airbnb e seus pares também elevam significativamente a lucratividade de proprietários que destinam seus imóveis para aluguel. Além da remuneração ser bem superior à de um contrato convencional de locação, o uso dessas ferramentas propicia que o tempo de vacância do imóvel seja significativamente reduzido. Em cidades como Orlando, na Flórida, o retorno chega aos 12% anuais.

A busca por ativos desta natureza se intensificou entre os jovens brasileiros, que assumem a administração do patrimônio das famílias e lançam mão da tecnologia para ampliar seus ganhos. Esta é uma pequena mudança de postura para um país envenenado pelos juros altos.

(*) - É CEO da Talent Realty.